



# CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS/FUNÇÕES PÚBLICOS(AS) PARA OS QUADROS DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE ANDRELÂNDIA/MG - EDITAL Nº 01/2023

### RETIFICAÇÃO Nº 01

O **Município de Andrelândia** e o **Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa – IBGP** RESOLVEM RETIFICAR o Edital nº 01/2023, de 12/06/2023, e respectivos Anexos I, II, III, IV e IX, na forma abaixo especificada:

### **EDITAL Nº 01/2023**

### ONDE SE LÊ:

O Município de Andrelândia/MG e o Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa – IBGP tornam público e estabelecem normas para a realização de Concurso Público, destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos/funções e cadastro de reserva para quadro permanente de pessoal do Município de Andrelândia/MG, que reger-se-ão pelas disposições contidas na Constituição da República Federativa do Brasil; na Lei Orgânica do Município de Andrelândia, de 10 de agosto de 1990; na Lei Municipal nº 940, de 14 de novembro de 1994, que "Cria o quadro permanente, os cargos e as carreiras dos servidores municipais e dá outra providências"; na Lei Municipal nº 1.348, de 14 de novembro de 2002, que "Altera o número de cargos públicos existentes na Administração Municipal, cria novos cargos públicos e respectivas atribuições, renomeia cargos públicos existentes, redefine atribuições de cargos públicos, aumenta vencimentos de dois cargos públicos (para fim de equiparação a outros com atribuições semelhantes) extingue cargos públicos e dá outra providências."; na Lei Municipal nº 1.398, de 04 de março de 2004, que "Altera o Anexo IV da Lei nº 1.348/2002, de 14 de novembro de 2002."; na Lei Municipal nº 1.428, de 03 de março de 2005, que "Altera o Anexo IV da Lei nº 1.348 de novembro de 2002."; na Lei Municipal nº 1.445, de 24 de maio de 2005, que "Altera o número de vagas do cargo de Técnico de Enfermagem, previsto no Anexo IV da Lei nº 1.348, de 14 de novembro de 2002."; na Lei Municipal nº 1.474, de 14 de março de 2006, que "Cria o cargo público de Nutricionista para o Município de Andrelândia."; na Lei Municipal nº 1.687, de 12 de maio de 2010, que "Dispõe sobre a criação de cargos públicos efetivos na estrutura da Administração Pública Municipal Direta e dá outra providências."; na Lei Municipal nº 1.708, de 13 de setembro de 2010, que "Altera o estatuto do Magistério, adequando seus dispositivos à Lei Federal nº 9.394/96 e dá outras providências."; na Lei Municipal nº 1.745, de 23 de março de 2011, que "Regulamenta o Programa Saúde da Família – P.S.F no âmbito do Município de Andrelândia estabelecendo as diretrizes básicas para a sua execução e dá outras providências."; na Lei Municipal nº 1.764, de 11 de agosto de 2011, que "Dispõe sobre cargos e funções públicas criando novas vagas para provimento e contratação mediante concurso público e dá outras providências."; na Lei Municipal nº 1.766, de 11 de agosto de 2011, que "Altera nomenclatura de cargos tratados pelo Edital do Concurso Público de 1998 embasados na Lei Municipal nº 1.141/98, posicionando-os dentro das classes existentes nos quadros da Administração Pública Municipal e dá outras providências."; na Lei Municipal nº 1.845, de 27 de dezembro de 2012, que "Dispõe sobre a criação de cargos públicos no quadro de servidores da administração direta municipal."; na Lei Municipal nº 1.852, de 11 de março de 2013, que "Dispõe sobre a criação de cargos públicos no quadro de servidores da adminsitração direta municipal."; na Lei Municipal nº 2.036, de 22 de fevereiro de 2017, que "Dispõe sobre a criação do cargo de Assessor de Gerenciamento e Elaboração de Projetos para Captação de Recursos, cria vagas para os cargos em provimento na estrutura da Administração Pública Municipal Direta e dá outras providências."; na Lei Municipal nº 2.093, de 01 de novembro de 2018, que "Dispõe sobre a alteração do quadro de pessoal do Município de Andrelândia e estabelece outras providências."; na Lei Municipal nº **2.248**, de 06 de maio de 2022, que "Dispõe sobre alteração do quadro de pessoal do Município de Andrelândia e estabelece outras providências."; e na Lei Municipal nº 2.289, de 01 de novembro de 2018, que "Dispõe sobre alteração do quadro de pessoal do Município de Andrelândia e estabelece outras providências."; e alterações posteriores e ainda nas legislações complementares e demais normas contidas neste Edital.





#### LEIA-SE:

O Município de Andrelândia/MG e o Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa – IBGP tornam público e estabelecem normas para a realização de Concurso Público, destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos/funções e cadastro de reserva para quadro permanente de pessoal do Município de Andrelândia/MG, que reger-se-ão pelas disposições contidas na Constituição da República Federativa do Brasil; na Lei Orgânica do Município de Andrelândia, de 10 de agosto de 1990; na Lei Municipal nº 940. de 14 de novembro de 1994, que "Cria o quadro permanente, os cargos e as carreiras dos servidores municipais e dá outra providências"; na Lei Municipal nº 1.348, de 14 de novembro de 2002, que "Altera o número de cargos públicos existentes na Administração Municipal, cria novos cargos públicos e respectivas atribuições, renomeia cargos públicos existentes, redefine atribuições de cargos públicos, aumenta vencimentos de dois cargos públicos (para fim de equiparação a outros com atribuições semelhantes) extingue cargos públicos e dá outra providências."; na Lei Municipal nº 1.398, de 04 de março de 2004, que "Altera o Anexo IV da Lei nº 1.348/2002, de 14 de novembro de 2002."; na Lei Municipal nº 1.428, de 03 de março de 2005, que "Altera o Anexo IV da Lei nº 1.348 de novembro de 2002."; na Lei Municipal nº 1.445, de 24 de maio de 2005, que "Altera o número de vagas do cargo de Técnico de Enfermagem, previsto no Anexo IV da Lei nº 1.348, de 14 de novembro de 2002."; na Lei Municipal nº 1.474, de 14 de março de 2006, que "Cria o cargo público de Nutricionista para o Município de Andrelândia."; na Lei Municipal nº 1.687, de 12 de maio de 2010, que "Dispõe sobre a criação de cargos públicos efetivos na estrutura da Administração Pública Municipal Direta e dá outra providências."; na Lei Municipal nº 1.708, de 13 de setembro de 2010, que "Altera o estatuto do Magistério, adequando seus dispositivos à Lei Federal nº 9.394/96 e dá outras providências."; na Lei Municipal nº 1.745, de 23 de março de 2011, que "Regulamenta o Programa Saúde da Família – P.S.F no âmbito do Município de Andrelândia estabelecendo as diretrizes básicas para a sua execução e dá outras providências."; na Lei Municipal nº 1.764, de 11 de agosto de 2011, que "Dispõe sobre cargos e funções públicas criando novas vagas para provimento e contratação mediante concurso público e dá outras providências."; na Lei Municipal nº 1.766, de 11 de agosto de 2011, que "Altera nomenclatura de cargos tratados pelo Edital do Concurso Público de 1998 embasados na Lei Municipal nº 1.141/98, posicionando-os dentro das classes existentes nos quadros da Administração Pública Municipal e dá outras providências."; na Lei Municipal nº 1.845, de 27 de dezembro de 2012, que "Dispõe sobre a criação de cargos públicos no quadro de servidores da administração direta municipal."; na Lei Municipal nº 1.852, de 11 de março de 2013, que "Dispõe sobre a criação de cargos públicos no quadro de servidores da adminsitração direta municipal."; na Lei Municipal nº 2.036, de 22 de fevereiro de 2017, que "Dispõe sobre a criação do cargo de Assessor de Gerenciamento e Elaboração de Projetos para Captação de Recursos, cria vagas para os cargos em provimento na estrutura da Administração Pública Municipal Direta e dá outras providências."; na Lei Municipal nº 2.093, de 01 de novembro de 2018, que "Dispõe sobre a alteração do quadro de pessoal do Município de Andrelândia e estabelece outras providências."; na Lei Municipal nº 2.248, de 06 de maio de 2022, que "Dispõe sobre alteração do quadro de pessoal do Município de Andrelândia e estabelece outras providências."; e na Lei Municipal nº 2.289, de 04 de abril de 2023, que "Dispõe sobre alteração do quadro de pessoal do Município de Andrelândia e estabelece outras providências."; e na Lei Municipal nº 2.303, de 23 de agosto de 2023, que "Dispõe sobre alteração do quadro de pessoal do Município de Andrelândia e estabelece outras providências."; e alterações posteriores e ainda nas legislações complementares e demais normas contidas neste Edital.

#### ONDE SE LÊ:

**2.1.**Este concurso oferta um total de **126(cento e vinte e seis) vagas** para os classificados, conforme **Anexo I**, com previsão de formação de cadastro reserva para os classificados que excederem às vagas ofertadas, inclusive às vagas reservadas para Pessoas com Deficiência (PcD).

#### LEIA-SE:

**2.1.**Este concurso oferta um total de **125(cento e vinte e cinco) vagas** para os classificados, conforme **Anexo I**, com previsão de formação de cadastro reserva para os classificados que excederem às vagas ofertadas, inclusive às vagas reservadas para Pessoas com Deficiência (PcD).





#### **INCLUI-SE:**

**2.2.1.10.1.** Em havendo um percentual superior para o cargo ao percentual especificado no subitem 2.2.1. deste Edital, o primeiro colocado convocado para ocupar 2ª vaga e as demais vagas, sempre seguirão de forma subsequente a uma vaga de ampla, enquanto houver vagas de ampla concorrência. Não havendo vagas de ampla concorrência, será convocado para as vagas reservadas restantes.

### ONDE SE LÊ:

**4.3.8.1.**O candidato deverá arcar com os custos bancários do boleto para o processamento da devolução.

#### **LEIA-SE:**

**4.3.8.2.**No caso de pagamento extemporâneo ou em duplicidade, o candidato deverá arcar com os custos bancários do boleto para o processamento da devolução, ou seja, do valor da taxa de inscrição, será deduzido o valor dos custos bancários do boleto.

### ONDE SE LÊ:

- **6.7.**O candidato com deficiência (PcD) poderá concorrer à vaga reservada para PcD, porém, no ato da inscrição, além de observar o previsto no item 6. e subitens, deverá:
  - a) Informar ser Pessoa com Deficiência (PcD);
  - b) Selecionar o tipo de deficiência;
  - c) Especificar a deficiência;
  - d) Informar se necessita de condições especiais para a realização das provas e indicá-las, nos termos do art. 27 do Decreto Federal nº 3.298/1999 e alterações; e
  - e) Manifestar interesse em concorrer às vagas destinadas às PcD.

### **LEIA-SE:**

- **6.7.**O candidato com deficiência (PcD) poderá concorrer à vaga reservada para PcD, porém, no ato da inscrição, além de observar o previsto no item 6. e subitens, deverá:
  - a) Informar ser Pessoa com Deficiência (PcD);
  - b) Selecionar o tipo de deficiência;
  - c) Especificar a deficiência;
  - d) Informar se necessita de condições especiais para a realização das provas e indicá-las, nos termos do art. §1º do art. 4 do Decreto Federal nº 9.508/2018 e alterações; e
  - e) Manifestar interesse em concorrer às vagas destinadas às PcD.

#### ONDE SE LÊ:

- **6.8.**O candidato deverá declarar, no ato da inscrição, ser Pessoa com Deficiência (PcD), especificando-se, no Formulário Eletrônico de Inscrição, que deseja concorrer às vagas reservadas. Para tanto, deverá encaminhar **no prazo estabelecido no subitem 4.2.1**., exclusivamente por *upload*, pelo endereço eletrônico <u>novo.ibgpconcursos.com.br</u> "<u>Área do Candidato</u>", <u>em arquivo único, formato exclusivo de PDF, não sendo aceitos arquivos em formato de imagem, com tamanho que não ultrapasse 5MB, e salvo com o nome completo do candidato, o seguinte documento obrigatório/comprobatório:</u>
  - a) Cópia da Declaração e do Laudo Médico, expedido nos **últimos 12(doze) meses** anteriores ao término das inscrições, conforme **Anexo VI** deste Edital, atestando-se a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente à Classificação Internacional de Doenças (CID), contendo-se, obrigatoriamente, a assinatura e o carimbo do número do CRM do médico responsável pela emissão.
    - **6.8.1.** A Declaração e o Laudo Médico deverão expressar, obrigatoriamente, as categorias em que se enquadra o candidato nos termos constantes do item 6.1. deste Edital.
    - **6.8.2.** Caso a Declaração e o Laudo Médico não tenham as informações obrigatórias (nome completo do médico, especialidade, número de registro do Conselho Regional de Medicina CRM,





assinatura e carimbo) ou se estiverem ilegíveis, não serão válidos.

#### LEIA-SE:

- **6.8.**O candidato deverá declarar, no ato da inscrição, ser Pessoa com Deficiência (PcD), especificando-se, no Formulário Eletrônico de Inscrição, que deseja concorrer às vagas reservadas. Para tanto, deverá encaminhar no prazo estabelecido no subitem 4.2.1., exclusivamente por upload, pelo endereço eletrônico <u>novo.ibgpconcursos.com.br</u> – "<u>Área do Candidato</u>", <u>em arquivo único, formato exclusivo de PDF, não sendo aceitos arquivos em formato de imagem, com tamanho que não ultrapasse 5MB, </u> e salvo com o nome completo do candidato, o seguinte documento obrigatório/comprobatório:
  - a) Cópia da Declaração e (Revogado) do Laudo Médico, expedido nos últimos 12(doze) meses anteriores ao término das inscrições, (Revogado) conforme modelo do Anexo VI deste Edital, atestando-se a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente à Classificação Internacional de Doenças (CID), contendo-se, obrigatoriamente, a assinatura e o carimbo do número do CRM do médico responsável pela emissão.
    - **6.8.1.** A Declaração e (Revogado) o Laudo Médico deverão expressar, obrigatoriamente, as categorias em que se enquadra o candidato nos termos constantes do item 6.1. deste Edital.
    - **6.8.2.** Caso a Declaração e (Revogado) o Laudo Médico não tenham as informações obrigatórias (nome completo do médico, especialidade, número de registro do Conselho Regional de Medicina – CRM, assinatura e carimbo) ou se estiverem ilegíveis, não serão válidos.

#### **INCLUI-SE:**

- **9.1.4.1.** Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de locais (espaços físicos) adequados nos estabelecimentos de ensino disponíveis na cidade, o Município de Andrelândia/MG reserva-se o direito de alterar a data provável para realização das provas.
- **9.1.4.2.** Havendo alteração na data das provas, os candidatos serão comunicados com a devida antecedência, através de publicação da nova data nos endereços eletrônicos novo.ibgpconcursos.com.br e www.andrelandia.mg.gov.br, além da imprensa escrita e falada.

#### ONDE SE LÊ:

**9.2.1.** A aplicação da Prova ocorrerá na data provável de **15/10/2023** (**domingo**), em **dois turnos**, divididos por cargo/função, conforme os quadros a seguir:

por eargo/ranção, comornic os quadros a seguir.								
DATA DA PROVA	TURNO/ HORÁRIO	CÓD.	CARGO	HORÁRIO DE ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO				
		101	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE REDE DE ESGOTO					
		104	BOMBEIRO HIDRÁULICO					
		105	CANTINEIRA	]				
	1)ac (19h(10)					106	COVEIRO	
				110	MOTORISTA AMBULÂNCIA			
1 = (1 0 (2 0 2 2		111	OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS	Abertura às				
15/10/2023		301	ARMADOR	08h00min e				
(domingo)		302	AUXILIAR ADMINISTRATIVO I	fechamento às 08h45min00seg				
						306	FISCAL MUNICIPAL	Johnsminoseg
					307	MECÂNICO		
		308	PINTOR					
			309	SOLDADOR SERRALHEIRO				
		401	ELETRICISTA					
		404	TÉCNICO DE ENFERMAGEM PSF					





501	ASSISTENTE SOCIAL	
502	ENFERMEIRO - CAPS	
504	FISIOTERAPEUTA	
505	FONOAUDIÓLOGO	
506	MÉDICO CLÍNICO	
508	NUTRICIONISTA	
509	PROFESSOR DE SALA DE RECURSO	
510	PROFESSOR MUNICIPAL - APOIO	
511	PROFESSOR MUNICIPAL I	
512	PROFESSOR MUNICIPAL I - EDUCAÇÃO FÍSICA I	
522	PSICÓLOGO CLÍNICO	
601	MÉDICO PSIQUIATRA - CAPS	

DATA DA PROVA	TURNO/ HORÁRIO	CÓD	CARGO	HORÁRIO DE ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
		102	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I - MASCULINO	
		103	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I - FEMININO	
		107	FAXINEIRA 8 HORAS	
		108	GARI	
		109	MOTORISTA	
		112	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS II	
		113	PEDREIRO	
	73 Tarde Das 14h00	303	AUXILIAR ADMINISTRATIVO III	
		304	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	
		305	CARPINTEIRO	
		402	MECÂNICO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS	Abertura às
15/10/2023		403	TÉCNICO DE ENFERMAGEM HOSPITAL	13h00min e
(domingo)	às 16h30	503	ENFERMEIRO HOSPITAL	fechamento às
		507	MÉDICO PSF	13h45min00seg
		513	PROFESSOR MUNICIPAL II - ARTES	
		514	PROFESSOR MUNICIPAL II - CIÊNCIAS	
		515	PROFESSOR MUNICIPAL II - EDUCAÇÃO FISICA II	
		516	PROFESSOR MUNICIPAL II - GEOGRAFIA	
		517	PROFESSOR MUNICIPAL II - HISTÓRIA	
		518	PROFESSOR MUNICIPAL II - INGLÊS	
		519	PROFESSOR MUNICIPAL II - MATEMÁTICA	]
		520	PROFESSOR MUNICIPAL II - PORTUGUÊS	
		521	PROFESSOR MUNICIPAL II - RELIGIÃO	
		523	PSICÓLOGO EDUCACIONAL	

### **LEIA-SE:**

**9.2.1.** A aplicação da Prova ocorrerá na data provável de **15/10/2023** (**domingo**), em **dois turnos**, divididos por cargo/função, conforme os quadros a seguir:





DATA DA PROVA	TURNO/ HORÁRIO	CÓD.	CARGO	HORÁRIO DE ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
		101	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE REDE DE ESGOTO	
		104	BOMBEIRO HIDRÁULICO	
		105	CANTINEIRA	
		106	COVEIRO	
		110	MOTORISTA AMBULÂNCIA	
		111	OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS	
		301	ARMADOR	
		302	AUXILIAR ADMINISTRATIVO I	
		306	FISCAL MUNICIPAL	
		307	MECÂNICO	
	Manhã	308	PINTOR	
		309	SOLDADOR SERRALHEIRO	Abertura às
15/10/2023		401	ELETRICISTA	08h00min e
(domingo)	Das 09h00 às 11h30	404	TÉCNICO DE ENFERMAGEM PSF	fechamento às
	as IIII30	501	ASSISTENTE SOCIAL	08h45min00seg
		<del>502</del>	ENFERMEIRO CAPS (Revogado)	
		504	FISIOTERAPEUTA	
		505	FONOAUDIÓLOGO	
		506	MÉDICO CLÍNICO	
		508	NUTRICIONISTA	
		509	PROFESSOR DE SALA DE RECURSO	
		510	PROFESSOR MUNICIPAL - APOIO	
		511	PROFESSOR MUNICIPAL I	
		512	PROFESSOR MUNICIPAL I - EDUCAÇÃO FÍSICA I	
		522	PSICÓLOGO CLÍNICO	
		601	MÉDICO PSIQUIATRA - CAPS	
		602	ENFERMEIRO – CAPS	

DATA DA PROVA	TURNO/ HORÁRIO	CÓD	CARGO	HORÁRIO DE ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
		102	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I - MASCULINO	
		103	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I - FEMININO	
		107	FAXINEIRA 8 HORAS	
		108	GARI	
	Tarde	109	MOTORISTA	
		112	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS II	
15/10/2023		113	PEDREIRO	Abertura às
(domingo)	Das 14nuu	303	AUXILIAR ADMINISTRATIVO III	13h00min e fechamento às
(domingo)	às 16h30	304	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	13h45min00seg
		305	CARPINTEIRO	
		402	MECÂNICO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS	
		403	TÉCNICO DE ENFERMAGEM HOSPITAL	
		503	ENFERMEIRO HOSPITAL	
		507	MÉDICO PSF	
		513	PROFESSOR MUNICIPAL II - ARTE	





514	PROFESSOR MUNICIPAL II - CIÊNCIAS	
515	PROFESSOR MUNICIPAL II - EDUCAÇÃO FISICA II	
516	PROFESSOR MUNICIPAL II - GEOGRAFIA	
517	PROFESSOR MUNICIPAL II - HISTÓRIA	
518	PROFESSOR MUNICIPAL II - INGLÊS	
519	PROFESSOR MUNICIPAL II - MATEMÁTICA	
520	PROFESSOR MUNICIPAL II - PORTUGUÊS	
521	PROFESSOR MUNICIPAL II - ENSINO RELIGIOSO	
523	PSICÓLOGO EDUCACIONAL	

### ONDE SE LÊ:

10.1. Será considerado aprovado, neste certame, o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de pontos nas Provas Objetivas.

#### **LEIA-SE:**

**10.1.**Será considerado aprovado na Prova Objetiva o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de pontos atribuídos à prova.

#### ONDE SE LÊ:

**14.2.3.** Além dos documentos previstos no item 15.5. deste Edital, os candidatos com deficiência (PcD) deverão apresentar Declaração e Laudo Médico, nos moldes do **Anexo VI** deste Edital, expedido no prazo máximo de **12(doze) meses** anteriores à inspeção médica oficial.

#### LEIA-SE:

**14.2.3.** Além dos documentos previstos no item 15.5. deste Edital, os candidatos com deficiência (PcD) deverão apresentar Declaração e (Revogado) Laudo Médico, nos moldes do Anexo VI deste Edital, expedido no prazo máximo de **12(doze) meses** anteriores à inspeção médica oficial (Revogado).

#### **INCLUI-SE:**

**17.29.**O **IBGP** e o **Município de Andrelândia/MG** reservam-se o direito de promover as correções que se fizerem necessárias, em qualquer etapa/fase do certame ou posterior ao certame, em razão de atos ou fatos não previstos, respeitadas as normas e os princípios legais.





# ANEXO I – CARGOS/FUNÇÕES, ESCOLARIDADES, REQUISITOS PARA INGRESSO, JORNADAS DE TRABALHO, VAGAS (AMPLA CONCORRÊNCIA, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – PcD E NEGROS) E VENCIMENTO INICIAL

### ONDE SE LÊ:

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (1° A 4° SÉRIE – ELEMENTAR)

		THE INCOMPLETO (1 A 4 SERVE	JORNADA	v.	AGAS		VENCIMENTO
CÓD.	CARGO/FUNÇÃO	REQUISITO	DE TRABALHO	AMPLA CONCOR.	PcD(*)	TOTAL VAGAS	MENSAL
101	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE REDE DE ESGOTO	Ensino Fundamental Incompleto.	44 horas semanais	02	00	02	R\$ 1.396,43
102	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I - MASCULINO	Ensino Fundamental Incompleto.	44 horas semanais	16	02	18	R\$ 1.396,43
103	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I - FEMININO	Ensino Fundamental Incompleto.	44 horas semanais	04	00	04	R\$ 1.396,43
104	BOMBEIRO HIDRÁULICO	Ensino Fundamental Incompleto.	44 horas semanais	CR	00	CR(**)	R\$ 2.010,01
105	CANTINEIRA	Ensino Fundamental Incompleto.	30 horas semanais	03	00	03	R\$ 1.392,37
106	COVEIRO	Ensino Fundamental Incompleto.	44 horas semanais	02	00	02	R\$ 1.396,43
107	FAXINEIRA 8 HORAS	Ensino Fundamental Incompleto.	44 horas semanais	05	01	06	R\$ 1.396,43
108	GARI	Ensino Fundamental Incompleto.	44 horas semanais	02	00	02	R\$ 1.396,43
109	MOTORISTA	Ensino Fundamental Incompleto e CNH Categoria D.	44 horas semanais	14	01	15	R\$ 1.639,74
110	MOTORISTA AMBULÂNCIA	Ensino Fundamental Incompleto, CNH Categoria D e Curso de Transporte de Emergência.	horas x 36	04	00	04	R\$ 1.639,74
111	OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS	Ensino Fundamental Incompleto, CNH Categoria D e conhecimento prático em operação de máquinas.	44 horas semanais	02	00	02	R\$ 1.745,53
112	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS II	Ensino Fundamental Incompleto, CNH Categoria D e conhecimento prático em operação de máquinas.	44 horas semanais	02	00	02	R\$ 2.147,54
113	PEDREIRO	Ensino Fundamental Incompleto.	44 horas semanais	03	00	03	R\$ 1.925,38

[...]

### ENSINO MÉDIO COMPLETO/TÉCNICO

				VAGAS			VENCIMENTO
CÓD.	CARGO/FUNÇÃO	REQUISITO	DE TRABALHO	AMPLA CONCOR.	PcD(*)	TOTAL VAGAS	MENSAL
401	ELETRICISTA	Ensino Médio Completo e Curso de Capacitação Técnica na área.	44 horas semanais	CR	00	CR(**)	R\$ 2.010,01
402	MECÂNICO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS	Ensino Médio Completo e Capacitação Técnica em Mecânica de Linha Pesada.	44 horas semanais	01	00	01	R\$ 2.168,69
403	TÉCNICO DE ENFERMAGEM HOSPITAL	Ensino Médio Completo, Curso Técnico em Enfermagem em instituição reconhecida pelo MEC. Registro no Conselho Regional de Enfermagem.	Escala 12 horas x 36 horas	05	01	06	R\$ 11,17 (hora)
404	TÉCNICO DE ENFERMAGEM PSF	Ensino Médio Completo, Curso Técnico em Enfermagem em instituição reconhecida pelo MEC. Registro no Conselho Regional de Enfermagem.	40 horas semanais	01	00	01	R\$ 1.840,75





### ENSINO SUPERIOR COMPLETO

				VAGAS			VENCIMENTO
CÓD.	CARGO/FUNÇÃO	REQUISITO	DE TRABALHO	AMPLA CONCOR.	PcD(*)	TOTAL VAGAS	MENSAL
501	ASSISTENTE SOCIAL	Ensino Superior Completo em Serviço Social em instituição reconhecida pelo MEC e registro no CRESS.	30 horas semanais	CR	00	CR(**)	R\$ 3.173,70
502	ENFERMEIRO - CAPS	Ensino Superior Completo em Enfermagem em instituição reconhecida pelo MEC e registro no COREN.	40 horas semanais	01	00	01	R\$ 3.750,00
503	ENFERMEIRO HOSPITAL	Ensino Superior Completo em Enfermagem em instituição reconhecida pelo MEC e registro no COREN.	Escala 12 horas x 36 horas	CR	00	CR(**)	R\$ 24,28 (hora)
504	FISIOTERAPEUTA	Ensino Superior Completo em Fisioterapia em instituição reconhecida pelo MEC e registro no CREFITO.	30 horas semanais	CR	00	CR(**)	R\$ 4.612,44
505	FONOAUDIÓLOGO	Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia em instituição reconhecida pelo MEC e registro no CREFONO.	30 horas semanais	02	00	02	R\$ 4.611,39
506	MÉDICO CLÍNICO	Ensino Superior Completo em Medicina em instituição devidamente reconhecida pelo MEC e registro no CRM.	Escala 12 horas x 36 horas	02	00	02	R\$ 89,92 (hora)
507	MÉDICO PSF	Ensino Superior Completo em Medicina em instituição reconhecida pelo MEC e registro no CRM.	40 horas semanais	CR	00	CR(**)	R\$ 13.752,70
508	NUTRICIONISTA	Ensino Superior Completo em Nutrição em instituição reconhecida pelo MEC e registro no CRN.	40 horas semanais	01	00	01	R\$ 3.998,86
509	PROFESSOR DE SALA DE RECURSO	Ensino Superior Completo em Pedagogia com Capacitação em Educação Especial Inclusiva.	30 horas semanais	02	00	02	R\$ 3.050,98
510	PROFESSOR MUNICIPAL - APOIO	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena na área relacionada com a matéria a ser lecionada e Especialização em Educação Especial Inclusiva.	30 horas semanais	05	00	05	R\$ 3.050,98

#### ENSINO SUPERIOR COMPLETO

				V.	AGAS		VENCIMENTO	
CÓD.	CARGO/FUNÇÃO	REQUISITO	DE	AMPLA	PcD(*)	TOTAL	MENSAL	
			TRABALHO	CONCOR.		VAGAS		
511	PROFESSOR MUNICIPAL I	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena	30 horas	14	01	15	R\$ 3.050.98	
		na área relacionada com a matéria a ser lecionada.	semanais		٠.		14 0.050,50	
512	PROFESSOR MUNICIPAL I -	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena	30 horas	01	00	01	R\$ 3.050.98	
	EDUCAÇÃO FÍSICA I	na área relacionada com a matéria a ser lecionada.	semanais		00		100 5.050,50	
513	PROFESSOR MUNICIPAL II -	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena	Hora/Aula	01	00	01	R\$ 22,61 (hora)	
313	ARTES	na área relacionada com a matéria a ser lecionada.	1101a/11uia	01	00	01	105 22,01 (Hora)	
514	PROFESSOR MUNICIPAL II -	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena	Hora/Aula	01	00	01	R\$ 22,61 (hora)	
314	CIÊNCIAS	na área relacionada com a matéria a ser lecionada.	1101a/11ula	01	00	01	105 22,01 (Hora)	
515	PROFESSOR MUNICIPAL II -	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena	Hora/Aula	01	01 00	01	R\$ 22,61 (hora)	
313	EDUCAÇÃO FISICA II	na área relacionada com a matéria a ser lecionada.	1101a/Aula	01	00		101a)	
516	PROFESSOR MUNICIPAL II -	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena	Hora/Aula	01	00	01	R\$ 22,61 (hora)	
310	GEOGRAFIA	na área relacionada com a matéria a ser lecionada.	1101a/Aula	01	00	UI.	101a)	
517	PROFESSOR MUNICIPAL II -	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena	Hora/Aula	CR (	00	CR(**)	R\$ 22,61 (hora)	
317	HISTÓRIA	na área relacionada com a matéria a ser lecionada.	1101a/Aula	CK	00	CK	10 22,01 (H01a)	
518	PROFESSOR MUNICIPAL II -	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena	Hora/Aula	CR	00	CR(**)	R\$ 22,61 (hora)	
310	INGLÊS	na área relacionada com a matéria a ser lecionada.	1101a/Aula	CK	00	CK	K\$ 22,01 (nora)	
519	PROFESSOR MUNICIPAL II -	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena	Hora/Aula	Aula CR	00	C'D(**)	R\$ 22,61 (hora)	
319	MATEMÁTICA	na área relacionada com a matéria a ser lecionada.	1101a/Aula	ora/Auia CK		CK	101a)	
520	PROFESSOR MUNICIPAL II -	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena	Hora/Aula	01	00	01	R\$ 22,61 (hora)	
320	PORTUGUÊS	na área relacionada com a matéria a ser lecionada.	1101a/Aula	01	00	UI.	101a)	
521	PROFESSOR MUNICIPAL II -	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena	Hora/Aula	01	00	01	R\$ 22,61 (hora)	
321	RELIGIÃO	na área relacionada com a matéria a ser lecionada.	1101a/Aula	VI	00	υı	101a)	
		Ensino Superior Completo em Psicologia em	40 horas					
522	PSICÓLOGO CLÍNICO	instituição reconhecida pelo MEC e registro no	semanais	01	00	01	R\$ 3.596,86	
		CRP.	semanais					
		Ensino Superior Completo em Psicologia em	40 horas					
523	PSICÓLOGO EDUCACIONAL	instituição reconhecida pelo MEC e registro no	semanais	01	00	01	R\$ 3.596,86	
		CRP.						





### ENSINO SUPERIOR COMPLETO COM ESPECIALIZAÇÃO

				VAGAS			VENCIMENTO
CÓD.	CARGO/FUNÇÃO	REQUISITO	DE TRABALHO	AMPLA CONCOR.	PcD(*)	TOTAL VAGAS	MENSAL
601	MÉDICO PSIQUIATRA - CAPS	Ensino Superior Completo em Medicina em instituição reconhecida pelo MEC, com Especialização em Psiquiatria e registro no Conselho Regional de Medicina.	40 horas semanais	01	00	01	R\$ 13.752,70

<sup>\*</sup> PcD = Pessoa com Deficiência

<sup>\*\*</sup> CR = Cadastro Reserva

VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA: 119	VAGAS PcD: 07	TOTAL VAGAS: 126
-------------------------------	---------------	------------------

### **LEIA-SE:**

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (1ª A 4ª SÉRIE – ELEMENTAR)

	Ensire	UNDAMENTAL INCOMPLETO (1° A 4° SERIE	JORNADA DE		AGAS		VENCIMENTO	
CÓD.	CARGO/FUNÇÃO	REQUISITO	TRABALHO	AMPLA CONCOR.	PcD(*)	TOTAL VAGAS	MENSAL	
101	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE REDE DE ESGOTO	Ensino Fundamental Incompleto.	44 horas semanais	02	00	02	R\$ 1.396,43	
102	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I - MASCULINO	Ensino Fundamental Incompleto.	44 horas semanais	16	02	18	R\$ 1.396,43	
103	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I - FEMININO	Ensino Fundamental Incompleto.	44 horas semanais	04	00	04	R\$ 1.396,43	
104	BOMBEIRO HIDRÁULICO	Ensino Fundamental Incompleto.	44 horas semanais	CR	00	CR(**)	R\$ 2.010,01	
105	CANTINEIRA	Ensino Fundamental Incompleto.	30 horas semanais	03	00	03	R\$ 1.322,38	
106	COVEIRO	Ensino Fundamental Incompleto.	44 horas semanais	02	00	02	R\$ 1.396,43	
107	FAXINEIRA 8 HORAS	Ensino Fundamental Incompleto.	44 horas semanais	05	01	06	R\$ 1.396,43	
108	GARI	Ensino Fundamental Incompleto.	44 horas semanais	02	00	02	R\$ 1.396,43	
109	MOTORISTA	Ensino Fundamental Incompleto e CNH Categoria D.	44 horas semanais	14	01	15	R\$ 1.639,74	
110	MOTORISTA AMBULÂNCIA	Ensino Fundamental Incompleto, CNH Categoria D e Curso de Transporte de Emergência.	Escala 12 horas x 36 horas (180h/m)	04	00	04	R\$ 1.639,74	
111	OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS	Ensino Fundamental Incompleto, CNH Categoria D e conhecimento prático em operação de máquinas.	44 horas semanais	02	00	02	R\$ 1.745,53	
112	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS II	Ensino Fundamental Incompleto, CNH Categoria D e conhecimento prático em operação de máquinas.	44 horas semanais	02	00	02	R\$ 2.147,54	
113	PEDREIRO	Ensino Fundamental Incompleto.	44 horas semanais	03	00	03	R\$ 1.925,38	

[...]

### ENSINO MÉDIO COMPLETO/TÉCNICO

		JORNADA VAGAS VI			VENCIMENTO		
CÓD.	CARGO/FUNÇÃO	REQUISITO	DE TRABALHO	AMPLA CONCOR.	PcD(*)	TOTAL VAGAS	MENSAL
401	ELETRICISTA	Ensino Médio Completo e Curso de Capacitação Técnica na área.	44 horas semanais	CR	00	CR(**)	R\$ 2.010,01
402	MECÂNICO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS	Ensino Médio Completo e Capacitação Técnica em Mecânica de Linha Pesada.	44 horas semanais	01	00	01	R\$ 2.168,69
403	TÉCNICO DE ENFERMAGEM HOSPITAL	Ensino Médio Completo, Curso Técnico em Enfermagem em instituição reconhecida pelo MEC. Registro no Conselho Regional de Enfermagem.	Escala 12 horas x 36 horas (180h/m)	05	01	06	R\$ 11,17 (hora)
404	TÉCNICO DE ENFERMAGEM PSF	Ensino Médio Completo, Curso Técnico em Enfermagem em instituição reconhecida pelo MEC. Registro no Conselho Regional de Enfermagem.	40 horas semanais	01	00	01	R\$ 1.840,75





### ENSINO SUPERIOR COMPLETO

					AGAS		VENCIMENTO	
CÓD.	CARGO/FUNÇÃO	REQUISITO	DE TRABALHO	AMPLA CONCOR.	PcD(*)	TOTAL VAGAS	MENSAL	
501	ASSISTENTE SOCIAL	Ensino Superior Completo em Serviço Social em instituição reconhecida pelo MEC e registro no CRESS.	30 horas semanais	CR	00	CR(**)	R\$ 3.173,70	
502	ENFERMEIRO CAPS	Ensino Superior Completo em Enfermagem em- instituição reconhecida pelo MEC e registro no- COREN.	40 horas semanais	01	00	<del>01</del>	R\$ 3.750,00	
503	ENFERMEIRO HOSPITAL	Ensino Superior Completo em Enfermagem em instituição reconhecida pelo MEC e registro no COREN.		CR	00	CR(**)	R\$ 24,28 (hora)	
504	FISIOTERAPEUTA  Ensino Superior Completo em Fisioterapia em instituição reconhecida pelo MEC e registro no CREFITO.			CR	00	CR(**)	R\$ 4.612,44	
505	FONOAUDIÓLOGO	Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia em instituição reconhecida pelo MEC e registro no CREFONO.	30 horas semanais	02	00	02	R\$ 4.611,39	
506	MÉDICO CLÍNICO	Ensino Superior Completo em Medicina em instituição devidamente reconhecida pelo MEC e registro no CRM.	Escala 12 horas x 36 horas (180h/m)	02	00	02	R\$ 89,92 (hora)	
507	MÉDICO PSF	Ensino Superior Completo em Medicina em instituição reconhecida pelo MEC e registro no CRM.	40 horas semanais	CR	00	CR(**)	R\$ 13.752,70	
508	NUTRICIONISTA	Ensino Superior Completo em Nutrição em instituição reconhecida pelo MEC e registro no CRN.	40 horas semanais	01	00	01	R\$ 3.998,86	
500	PROFESSOR DE SALA DE RECURSO	Ensino Superior Completo em Pedagogia com capacitação em Educação Especial Inclusiva.	30 horas semanais	02	00	02	R\$ 3.050,98	
	PROFESSOR MUNICIPAL - APOIO	Ensino Superior Completo em Educação Especial.	30 horas semanais	05	00	05	R\$ 3.050,98	

### ENSINO SUPERIOR COMPLETO

			JORNADA	V.	AGAS	VENCIMENTO	
CÓD.	CARGO/FUNÇÃO	REQUISITO	DE TRABALHO	AMPLA CONCOR.	PcD(*)	TOTAL VAGAS	MENSAL
511	PROFESSOR MUNICIPAL I	Ensino Superior Completo em Pedagogia e/ou Normal Superior.	30 horas semanais	14	01	15	R\$ 3.050,98
512	PROFESSOR MUNICIPAL I - EDUCAÇÃO FÍSICA I	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena na área relacionada com a matéria a ser lecionada.	30 horas semanais	01	00	01	R\$ 3.050,98
513	PROFESSOR MUNICIPAL II - ARTE	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena na área relacionada com a matéria a ser lecionada.	Hora/Aula	01	00	01	R\$ 22,61 (hora)
514	PROFESSOR MUNICIPAL II - CIÊNCIAS	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena na área relacionada com a matéria a ser lecionada.	Hora/Aula	01	00	01	R\$ 22,61 (hora)
515	PROFESSOR MUNICIPAL II - EDUCAÇÃO FISICA II	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena na área relacionada com a matéria a ser lecionada.	Hora/Aula		00	01	R\$ 22,61 (hora)
516	PROFESSOR MUNICIPAL II - GEOGRAFIA	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena na área relacionada com a matéria a ser lecionada.	Hora/Aula	CR	00	<b>CR</b> (**)	R\$ 22,61 (hora)
517	PROFESSOR MUNICIPAL II - HISTÓRIA	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena na área relacionada com a matéria a ser lecionada.	Hora/Aula	CR	00	<b>D</b>   <b>CR</b> (**)	R\$ 22,61 (hora)
518	PROFESSOR MUNICIPAL II - INGLÊS	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena na área relacionada com a matéria a ser lecionada.	Hora/Aula	CR	00	<b>CR</b> (**)	R\$ 22,61 (hora)
519	PROFESSOR MUNICIPAL II - MATEMÁTICA	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena na área relacionada com a matéria a ser lecionada.	Hora/Aula	CR	00	<b>CR</b> (**)	R\$ 22,61 (hora)
520	PROFESSOR MUNICIPAL II - PORTUGUÊS	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena na área relacionada com a matéria a ser lecionada.	Hora/Aula	01	00	01	R\$ 22,61 (hora)
521	PROFESSOR MUNICIPAL II – ENSINO RELIGIOSO	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena na área relacionada com a matéria a ser lecionada.	Hora/Aula	01	00	01	R\$ 22,61 (hora)
522	PSICÓLOGO CLÍNICO	Ensino Superior Completo em Psicologia em instituição reconhecida pelo MEC e registro no CRP.	40 horas semanais	01	00	01	R\$ 3.596,86
523	PSICÓLOGO EDUCACIONAL	Ensino Superior Completo em Psicologia em instituição reconhecida pelo MEC e registro no CRP.	40 horas semanais	01	00	01	R\$ 3.596,86





#### ENSINO SUPERIOR COMPLETO COM ESPECIALIZAÇÃO

			JORNADA VAGAS			VENCIMENTO	
CÓD.	CARGO/FUNÇÃO	REQUISITO	DE TRABALHO	AMPLA CONCOR.	PcD(*)	TOTAL VAGAS	MENSAL
601	MÉDICO PSIQUIATRA - CAPS	Ensino Superior Completo em Medicina em		01	00	01	R\$ 13.752,70
602	ENFERMEIRO - CAPS	Ensino Superior Completo em Enfermagem em instituição reconhecida pelo MEC, registro no COREN e Especialização em Saúde Mental.	40 horas semanais	01	00	01	R\$ 3.967,13

<sup>\*</sup> PcD = Pessoa com Deficiência

<sup>\*\*</sup> CR = Cadastro Reserva

VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA: 118	8 VAGAS PcD: 07	TOTAL VAGAS: 125
-------------------------------	-----------------	------------------

### ANEXO II - ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS PÚBLICOS - DESCRIÇÃO DOS CARGOS

### ONDE SE LÊ:

[...]

**CARGO/FUNÇÃO: 105 – CANTINEIRA** (Lei Municipal nº 940/1994 - Lei Municipal nº 1.348/2002 - Lei Municipal nº 1.845/2012 - Lei Municipal nº 2.289/2023)

**REQUISITO:** Ensino Fundamental Incompleto.

CARGA HORÁRIA: 30 horas semanais

**ATRIBUIÇÕES:** Cuidar das cantinas, do preparo de alimentação e lanches para funcionários e escolares com especial atenção aos aspectos de higiene e limpeza.

[...]

### **LEIA-SE:**

[...]

**CARGO/FUNÇÃO: 105 – CANTINEIRA** (Lei Municipal nº 940/1994 - Lei Municipal nº 1.348/2002 - Lei Municipal nº 1.845/2012 - Lei Municipal nº 2.289/2023 - Lei Municipal nº 2.303/2023)

**REQUISITO:** Ensino Fundamental Incompleto.

CARGA HORÁRIA: 30 horas semanais

**ATRIBUIÇÕES:** Cuidar das cantinas, do preparo de alimentação e lanches para funcionários e escolares com especial atenção aos aspectos de higiene e limpeza.

[...]

#### ONDE SE LÊ:

 $[\dots]$ 

### CARGO/FUNÇÃO: 110 – MOTORISTA AMBULÂNCIA (Lei Municipal nº 2.289/2023)

**REQUISITO:** Ensino Fundamental Incompleto, CNH Categoria D e Curso de Transporte de Emergência.

**CARGA HORÁRIA:** Escala 12 horas x 36 horas

ATRIBUIÇÕES: Conduzir veículo terrestre de urgência destinado ao atendimento e transporte de pacientes. Conhecer integralmente o veículo e realizar a manutenção básica do mesmo. Estabelecer contato radiofônico ou telefônico com a central de regulação médica e seguir suas orientações. Conhecer a malha viária local e regional. Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial da Macrorregião Sudeste, da qual Andrelândia faz parte. Auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida. Auxiliar, quando necessário e possível, o embarque e desembarque dos passageiros. Executar pequenos reparos de mecânica e tarefas afins no veículo de sua responsabilidade. Zelar pela manutenção, conservação e limpeza dos veículos. Dirigir veículos especializados no transporte de enfermos. Executar suas funções de acordo





com as normas previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

[...]

### **LEIA-SE:**

[...]

CARGO/FUNÇÃO: 110 – MOTORISTA AMBULÂNCIA (Lei Municipal nº 2.289/2023)

**REQUISITO:** Ensino Fundamental Incompleto, CNH Categoria D e Curso de Transporte de Emergência.

CARGA HORÁRIA: Escala 12 horas x 36 horas (180h/m)

ATRIBUIÇÕES: Conduzir veículo terrestre de urgência destinado ao atendimento e transporte de pacientes. Conhecer integralmente o veículo e realizar a manutenção básica do mesmo. Estabelecer contato radiofônico ou telefônico com a central de regulação médica e seguir suas orientações. Conhecer a malha viária local e regional. Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial da Macrorregião Sudeste, da qual Andrelândia faz parte. Auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida. Auxiliar, quando necessário e possível, o embarque e desembarque dos passageiros. Executar pequenos reparos de mecânica e tarefas afins no veículo de sua responsabilidade. Zelar pela manutenção, conservação e limpeza dos veículos. Dirigir veículos especializados no transporte de enfermos. Executar suas funções de acordo com as normas previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

[...]

### ONDE SE LÊ:

[...]

CARGO/FUNÇÃO: 403 – TÉCNICO DE ENFERMAGEM HOSPITAL (Lei Municipal nº 1.348/2002 - Lei Municipal nº 1.398/2004 - Lei Municipal nº 1.428/2005 - Lei Municipal nº 1.445/2005 - Lei Municipal nº 1.687/2010 - Lei Municipal nº 2.036/2017 - Lei Municipal nº 2.289/2023)

**REQUISITO:** Ensino Médio Completo, Curso Técnico em Enfermagem em instituição reconhecida pelo MEC. Registro no Conselho Regional de Enfermagem.

**CARGA HORÁRIA:** Escala 12 horas x 36 horas

**ATRIBUIÇÕES**: O profissional com curso técnico deverá auxiliar o enfermeiro no tratamento dos pacientes e acompanhamento de procedimentos médicos de enfermagem.

[...]

### **LEIA-SE:**

[...]

CARGO/FUNÇÃO: 403 – TÉCNICO DE ENFERMAGEM HOSPITAL (Lei Municipal nº 1.348/2002 - Lei Municipal nº 1.398/2004 - Lei Municipal nº 1.428/2005 - Lei Municipal nº 1.445/2005 - Lei Municipal nº 1.687/2010 - Lei Municipal nº 2.036/2017 - Lei Municipal nº 2.289/2023)

**REQUISITO:** Ensino Médio Completo, Curso Técnico em Enfermagem em instituição reconhecida pelo MEC. Registro no Conselho Regional de Enfermagem.

CARGA HORÁRIA: Escala 12 horas x 36 horas (180h/m)

**ATRIBUIÇÕES**: O profissional com curso técnico deverá auxiliar o enfermeiro no tratamento dos pacientes e acompanhamento de procedimentos médicos de enfermagem.

[...]

### ONDE SE LÊ:

٠...<sup>-</sup>

CARGO/FUNÇÃO: 502 – ENFERMEIRO CAPS (Lei Municipal nº 2.289/2023)

**REQUISITO:** Ensino Superior Completo em Enfermagem em instituição reconhecida pelo MEC e registro no COREN.

**CARGA HORÁRIA:** 40 horas semanais





**ATRIBUIÇÕES:** Planejar, programar, avaliar e executar a assistência de enfermagem em pacientes individuais e grupos. Criar e manter o ambiente terapêutico voltado para a realização das atividades do CAPS. Atuar junto aos pacientes, familiares e à equipe no atendimento de suas necessidades básicas para obtenção e saúde física e mental. Proferir palestras, orientação, coordenação e elaboração de trabalhos na área de saúde mental para o CAPS, famílias e comunidade. Organizar a manutenção do serviço de enfermagem, realizar atendimento individual, grupal, eletivo e de urgência, seguir o protocolo para atendimento na área de enfermagem. Outras tarefas inerentes à função.

[...]

#### **LEIA-SE:**

[...]

CARGO/FUNÇÃO: 602 – ENFERMEIRO CAPS (Lei Municipal nº 2.289/2023 - Lei Municipal nº 2.303/2023)

**REQUISITO:** Ensino Superior Completo em Enfermagem em instituição reconhecida pelo MEC, registro no COREN e Especialização em Saúde Mental.

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais

**ATRIBUIÇÕES:** Planejar, programar, avaliar e executar a assistência de enfermagem em pacientes individuais e grupos. Criar e manter o ambiente terapêutico voltado para a realização das atividades do CAPS. Atuar junto aos pacientes, familiares e à equipe no atendimento de suas necessidades básicas para obtenção e saúde física e mental. Proferir palestras, orientação, coordenação e elaboração de trabalhos na área de saúde mental para o CAPS, famílias e comunidade. Organizar a manutenção do serviço de enfermagem, realizar atendimento individual, grupal, eletivo e de urgência, seguir o protocolo para atendimento na área de enfermagem. Outras tarefas inerentes à função.

[...]

### ONDE SE LÊ:

[...<sup>-</sup>

**CARGO/FUNÇÃO: 503 – ENFERMEIRO DE HOSPITAL** (Lei Municipal nº 1.348/2002 – Lei Municipal nº 1.687/2010 – Lei Municipal nº 2.036/2017 - Lei Municipal nº 2.289/2023)

**REQUISITO:** Ensino Superior Completo em Enfermagem em instituição reconhecida pelo MEC e registro no COREN.

**CARGA HORÁRIA:** Escala 12 horas x 36 horas

**ATRIBUIÇÕES:** Responsável pelo acompanhamento, preparação e auxílio nos procedimentos médicos pelo tratamento e medicação dos pacientes internados. Supervisão e orientação dos trabalhos dos auxiliares e técnicos de enfermagem e desenvolvimento das demais atividades inerentes à profissão.

[...]

### **LEIA-SE:**

[....]

CARGO/FUNÇÃO: 503 – ENFERMEIRO DE HOSPITAL (Lei Municipal nº 1.348/2002 – Lei Municipal nº 1.687/2010 – Lei Municipal nº 2.036/2017 - Lei Municipal nº 2.289/2023)

**REQUISITO:** Ensino Superior Completo em Enfermagem em instituição reconhecida pelo MEC e registro no COREN.

CARGA HORÁRIA: Escala 12 horas x 36 horas (180h/m)

**ATRIBUIÇÕES:** Responsável pelo acompanhamento, preparação e auxílio nos procedimentos médicos pelo tratamento e medicação dos pacientes internados. Supervisão e orientação dos trabalhos dos auxiliares e técnicos de enfermagem e desenvolvimento das demais atividades inerentes à profissão.

[...]





### ONDE SE LÊ:

[....

**CARGO/FUNÇÃO:** 510 – PROFESSOR MUNICIPAL - APOIO (Lei Municipal nº 2.248/2022 - Lei Municipal nº 2.289/2023)

**REQUISITO:** Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena na área relacionada com a matéria a ser lecionada e Especialização em Educação Especial Inclusiva.

**CARGA HORÁRIA:** 30 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Apoiar os professores dando suporte ao aluno com necessidades especiais, na realização das atividades escolares, fazendo a mediação entre aluno/professor e atividades; auxiliar os alunos, durante as avaliações internas e externas; redirecionar ao professor os questionamentos, dúvidas, sugestões e observações dos alunos, a respeito das aulas, pois ele é a referência no processo de ensino-aprendizagem; esclarecer aos alunos somente as questões pertinentes às suas dificuldades; buscar, quando necessário, o auxílio do professor antes, durante e após as aulas, com o objetivo de garantir a qualidade de sua atuação, bem como a qualidade do acesso dos surdos à educação; estimular a relação direta entre aluno e professor, ou entre aluno e outros participantes da comunidade escolar; oferecer ao professor, quando este solicitar, um feedback do processo de ensino-aprendizagem decorrente de sua intermediação com aluno; informar ao professor as particularidades do aluno, reconsiderando com ele, sempre que necessário, a adequação da forma de exposição dos conteúdos a tais especificidades, com o intuito de garantir a qualidade do acesso do aluno a esses conteúdos escolares; estar presente às reuniões pedagógicas e administrativas, limitando sua participação aos seus interesses profissionais, às questões de comunicação e acessibilidade do aluno, bem como aqueles que se referem à sua função interpretativa e educativa; reunir-se com um representante da instituição escolar e com os demais integrantes do AEE, sempre que surgir uma questão inusitada e complexa sobre o atendimento ao aluno, para discussão e busca de soluções favoráveis ao aluno.

[...]

#### **LEIA-SE:**

[...]

CARGO/FUNÇÃO: 510 – PROFESSOR MUNICIPAL - APOIO (Lei Municipal nº 2.248/2022 - Lei Municipal nº 2.289/2023 - Lei Municipal nº 2.303/2023)

REQUISITO: Ensino Superior Completo em Educação Especial.

**CARGA HORÁRIA:** 30 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Apoiar os professores dando suporte ao aluno com necessidades especiais, na realização das atividades escolares, fazendo a mediação entre aluno/professor e atividades; auxiliar os alunos, durante as avaliações internas e externas; redirecionar ao professor os questionamentos, dúvidas, sugestões e observações dos alunos, a respeito das aulas, pois ele é a referência no processo de ensino-aprendizagem; esclarecer aos alunos somente as questões pertinentes às suas dificuldades; buscar, quando necessário, o auxílio do professor antes, durante e após as aulas, com o objetivo de garantir a qualidade de sua atuação, bem como a qualidade do acesso dos surdos à educação; estimular a relação direta entre aluno e professor, ou entre aluno e outros participantes da comunidade escolar; oferecer ao professor, quando este solicitar, um feedback do processo de ensino-aprendizagem decorrente de sua intermediação com aluno; informar ao professor as particularidades do aluno, reconsiderando com ele, sempre que necessário, a adequação da forma de exposição dos conteúdos a tais especificidades, com o intuito de garantir a qualidade do acesso do aluno a esses conteúdos escolares; estar presente às reuniões pedagógicas e administrativas, limitando sua participação aos seus interesses profissionais, às questões de comunicação e acessibilidade do aluno, bem como aqueles que se referem à sua função interpretativa e educativa; reunir-se com um representante da instituição escolar e com os demais integrantes do AEE, sempre que surgir uma questão inusitada e complexa sobre o atendimento ao aluno, para discussão e busca de soluções favoráveis ao aluno.

[...]





### ONDE SE LÊ:

[...<sup>\*</sup>

**CARGO/FUNÇÃO: 511 – PROFESSOR MUNICIPAL I** (Lei Municipal nº 1.348/2002 - Lei Municipal nº 1.708/2010 - Lei Municipal nº 2.289/2023)

**REQUISITO:** Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena na área relacionada com a matéria a ser lecionada.

CARGA HORÁRIA: 30 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Planejar, elaborar e executar o plano de ensino conforme orientação e objetivo da escola; Acompanhar o corpo discente em seu desenvolvimento, visando uma formação holística; Participar ativamente dos programas de capacitação promovidos pela Escola ou Secretaria Municipal de Educação; Preparar os planejamentos diários, com atividades que sejam condizentes com o nível cognitivo do corpo discente; Acompanhar o ato de aprender do aluno, para estimular o conhecimento, através de atividades compatíveis ao mesmo; Promover ao aluno a relação intra e interpessoal, favorecendo a socialização e a interação com o meio, objetivando uma aprendizagem mais significativa; Realizar sistematicamente avaliações processuais, visando acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno; Participar das reuniões pedagógicas e administrativas promovidas pela Escola ou Secretaria Municipal de Educação; Envolver-se todos os eventos e projetos organizados pela Escola ou Secretaria Municipal de Educação.

[...]

### LEIA-SE:

[...]

**CARGO/FUNÇÃO: 511 – PROFESSOR MUNICIPAL I** (Lei Municipal nº 1.348/2002 - Lei Municipal nº 1.708/2010 - Lei Municipal nº 2.289/2023)

REQUISITO: Ensino Superior Completo em Pedagogia e/ou Normal Superior.

**CARGA HORÁRIA:** 30 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Planejar, elaborar e executar o plano de ensino conforme orientação e objetivo da escola; Acompanhar o corpo discente em seu desenvolvimento, visando uma formação holística; Participar ativamente dos programas de capacitação promovidos pela Escola ou Secretaria Municipal de Educação; Preparar os planejamentos diários, com atividades que sejam condizentes com o nível cognitivo do corpo discente; Acompanhar o ato de aprender do aluno, para estimular o conhecimento, através de atividades compatíveis ao mesmo; Promover ao aluno a relação intra e interpessoal, favorecendo a socialização e a interação com o meio, objetivando uma aprendizagem mais significativa; Realizar sistematicamente avaliações processuais, visando acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno; Participar das reuniões pedagógicas e administrativas promovidas pela Escola ou Secretaria Municipal de Educação; Envolver-se todos os eventos e projetos organizados pela Escola ou Secretaria Municipal de Educação.

[...]

### ONDE SE LÊ:

[...]

CARGO/FUNÇÃO: 513 – PROFESSOR MUNICIPAL II - ARTES (Lei Municipal nº 2.248/2002)

**REQUISITO:** Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena na área relacionada com a matéria a ser lecionada.

CARGA HORÁRIA: Hora/Aula

**ATRIBUIÇÕES:** Participar da elaboração do projeto pedagógico da unidade escolar, definindo ações, atividades e procedimentos de avaliação no processo de ensino-aprendizagem; ministrar aulas do componente curricular, conforme a formação acadêmica do profissional, transmitindo aos alunos os conhecimentos estabelecidos no projeto pedagógico, de acordo com as diretrizes curriculares em vigor, com assiduidade e pontualidade; avaliar os alunos e as turmas, no contexto educacional,





utilizando técnica e metodologia em consonância com a proposta pedagógica em vigor; interagir com os alunos de forma a enriquecer o processo educacional, atendendo com disponibilidade e dedicação aos alunos com dificuldade de aprendizagem, inclusive a pessoas com necessidades educacionais especiais; propor estratégias pedagógicas que favoreçam a interação aluno/aluno e aluno/professor, no contexto escolar, de maneira que se contribua para a formação discente do ponto de vista cidadão integral, e não apenas limitado ao conhecimento curricular; participar de atividades educacionais internas e externas, que contribuam para o seu enriquecimento profissional, agindo sempre com ética e equilíbrio emocional; propor estratégias pedagógicas que favoreçam a interação dos alunos com a comunidade escolar de maneira ampla, considerando a inclusão, a diversidade de raça, de gênero, a situação socioeconômica, entre outras, no contexto escolar; manter articulação permanente com a equipe de articulação pedagógica e administrativa de sua unidade escolar; participar dos programas de formação continuada em serviço, oferecidos pela SME; participar de reuniões com pais, mães, responsáveis e demais profissionais de educação e executar outras atividades afins, determinadas pela direção e pela coordenação pedagógica da unidade escolar; conhecer e cumprir as normas da carta regimento da SME, conforme regulamentação em vigor; executar outras atribuições afins.

[...]

### **LEIA-SE:**

[...]

CARGO/FUNÇÃO: 513 – PROFESSOR MUNICIPAL II - ARTE (Lei Municipal nº 2.248/2002 - Lei Municipal nº 2.303/2023)

**REQUISITO:** Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena na área relacionada com a matéria a ser lecionada.

CARGA HORÁRIA: Hora/Aula

ATRIBUIÇÕES: Participar da elaboração do projeto pedagógico da unidade escolar, definindo ações, atividades e procedimentos de avaliação no processo de ensino-aprendizagem; ministrar aulas do componente curricular, conforme a formação acadêmica do profissional, transmitindo aos alunos os conhecimentos estabelecidos no projeto pedagógico, de acordo com as diretrizes curriculares em vigor, com assiduidade e pontualidade; avaliar os alunos e as turmas, no contexto educacional, utilizando técnica e metodologia em consonância com a proposta pedagógica em vigor; interagir com os alunos de forma a enriquecer o processo educacional, atendendo com disponibilidade e dedicação aos alunos com dificuldade de aprendizagem, inclusive a pessoas com necessidades educacionais especiais; propor estratégias pedagógicas que favoreçam a interação aluno/aluno e aluno/professor, no contexto escolar, de maneira que se contribua para a formação discente do ponto de vista cidadão integral, e não apenas limitado ao conhecimento curricular; participar de atividades educacionais internas e externas, que contribuam para o seu enriquecimento profissional, agindo sempre com ética e equilíbrio emocional; propor estratégias pedagógicas que favoreçam a interação dos alunos com a comunidade escolar de maneira ampla, considerando a inclusão, a diversidade de raça, de gênero, a situação socioeconômica, entre outras, no contexto escolar; manter articulação permanente com a equipe de articulação pedagógica e administrativa de sua unidade escolar; participar dos programas de formação continuada em serviço, oferecidos pela SME; participar de reuniões com pais, mães, responsáveis e demais profissionais de educação e executar outras atividades afins, determinadas pela direção e pela coordenação pedagógica da unidade escolar; conhecer e cumprir as normas da carta regimento da SME, conforme regulamentação em vigor; executar outras atribuições afins.

[...]

### ONDE SE LÊ:

<u>[</u>....

CARGO/FUNÇÃO: 521 – PROFESSOR MUNICIPAL II - RELIGIÃO (Lei Municipal nº 1.348/2002)

**REQUISITO:** Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena na área relacionada com a matéria





a ser lecionada.

CARGA HORÁRIA: Hora/Aula

**ATRIBUIÇÕES:** Lecionar o conteúdo básico para alunos de Ensino Fundamental (e, eventualmente, médio); elaborar plano de aula selecionar o material didático a ser utilizado, organizar atividades em que se estimule e se desperte a criatividade dos alunos; desenvolver as suas atividades buscando a interação entre alunos e professores em sala de aula; respeitar é cumprir o currículo oficial.

[...]

#### **LEIA-SE:**

[...]

CARGO/FUNÇÃO: 521 - PROFESSOR MUNICIPAL II - ENSINO RELIGIOSO (Lei Municipal nº 1.348/2002 - Lei Municipal nº 2.303/2023)

**REQUISITO:** Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena na área relacionada com a matéria a ser lecionada.

CARGA HORÁRIA: Hora/Aula

**ATRIBUIÇÕES:** Lecionar o conteúdo básico para alunos de Ensino Fundamental (e, eventualmente, médio); elaborar plano de aula selecionar o material didático a ser utilizado, organizar atividades em que se estimule e se desperte a criatividade dos alunos; desenvolver as suas atividades buscando a interação entre alunos e professores em sala de aula; respeitar é cumprir o currículo oficial.

[...]

### ANEXO III - QUADRO DE PROVAS

### ONDE SE LÊ:

[...]

#### ENSINO SUPERIOR COMPLETO / ENSINO SUPERIOR COMPLETO COM ESPECIALIZAÇÃO

		PROVA OBJETIVA (*)								
cóp	GLD GO ETTIGÃO					E QUESTÕE		S)		PROVA
CÓD.	CARGO/FUNÇÃO	PORTUGUÊS	RACIOC.	NOÇÕES		LEGISLAÇÃO	CONHEC. ESPECÍF.	TOTALDE	TOTALDE	DE
		(Peso 4)	LÓGICO (Peso 2)	INFORM. (Peso 2)	GERAIS (Peso 2)	(Peso 2)	(Peso 4)	QUESTÕES	PONTOS(*)	TÍTULOS
501	ASSISTENTE SOCIAL		(2 000 2)	(2 000 2)	(2 000 2)		05			
502	ENFERMEIRO - CAPS						05			
503	ENFERMEIRO HOSPITAL						05			
504	FISIOTERAPEUTA						05			
505	FONOAUDIÓLOGO						05			
506	MÉDICO CLÍNICO						05			
507	MÉDICO PSF						05			
508	NUTRICIONISTA						05			
509	PROFESSOR DE SALA DE RECURSO						05			
510	PROFESSOR MUNICIPAL - APOIO						05			
511	PROFESSOR MUNICIPAL I						05			
512	PROFESSOR MUNICIPAL I - EDUCAÇÃO FÍSICA I						05			
513	PROFESSOR MUNICIPAL II - ARTES	10	05	05	05	05	05	35	100,0	10,0
513	PROFESSOR MUNICIPAL II - ARTES PROFESSOR MUNICIPAL II - CIÊNCIAS						05			
314	PROFESSOR MUNICIPAL II - CIENCIAS  PROFESSOR MUNICIPAL II - EDUCAÇÃO						03	-		
515	FISICA II						05			
516	PROFESSOR MUNICIPAL II - GEOGRAFIA						05			
517	PROFESSOR MUNICIPAL II - HISTÓRIA						05			
518	PROFESSOR MUNICIPAL II - INGLÊS						05			
519	PROFESSOR MUNICIPAL II - MATEMÁTICA						05			
520	PROFESSOR MUNICIPAL II - PORTUGUÊS						05			
521	PROFESSOR MUNICIPAL II - RELIGIÃO						05			
522	PSICÓLOGO CLÍNICO						05			
523	PSICÓLOGO EDUCACIONAL						05			
601	MÉDICO PSIQUIATRA - CAPS						05			

[...]





#### LEIA-SE:

[...]

ENSINO SUPERIOR COMPLETO	/ ENSINO SUPERIOR COMPLETO COM ESPECIALIZAÇÃO
	DDOVA OBJETIVA (*)

		PROVA OBJETIVA (*)									
cón	GARGO ETRIGÃO					E QUESTÕE		S)		PROVA	
CÓD.	CARGO/FUNÇÃO	PORTUGUÊS	RACIOC. LÓGICO	NOÇÕES INFORM	CONHEC. GERAIS	LEGISLAÇÃO	CONHEC. ESPECÍF.	TOTALDE	TOTALDE	DE TÍTULOS	
		(Peso 4)	(Peso 2)	(Peso 2)	(Peso 2)	(Peso 2)	(Peso 4)	QUESTÕES	PONTOS(*)	1110103	
501	ASSISTENTE SOCIAL						05				
<del>502</del>	ENFERMEIRO - CAPS						<del>05</del>				
503	ENFERMEIRO HOSPITAL						05				
504	FISIOTERAPEUTA						05				
505	FONOAUDIÓLOGO						05				
506	MÉDICO CLÍNICO						05				
507	MÉDICO PSF						05				
508	NUTRICIONISTA						05				
509	PROFESSOR DE SALA DE RECURSO						05				
510	PROFESSOR MUNICIPAL - APOIO						05				
511	PROFESSOR MUNICIPAL I							05			
512	PROFESSOR MUNICIPAL I - EDUCAÇÃO						05				
	FÍSICA I										
	PROFESSOR MUNICIPAL II - ARTE	10	05	05	05	05	05	35	100.0	10,0	
514	PROFESSOR MUNICIPAL II - CIÊNCIAS	10	0.5	0.5	00	05	05		100,0	10,0	
515	PROFESSOR MUNICIPAL II - EDUCAÇÃO						05				
	FISICA II										
516	PROFESSOR MUNICIPAL II - GEOGRAFIA						05				
517	PROFESSOR MUNICIPAL II - HISTÓRIA						05				
	PROFESSOR MUNICIPAL II - INGLÊS						05				
519	PROFESSOR MUNICIPAL II - MATEMÁTICA						05				
520	PROFESSOR MUNICIPAL II - PORTUGUÊS						05				
521	PROFESSOR MUNICIPAL II – ENSINO						05				
	RELIGIOSO										
522	PSICÓLOGO CLÍNICO						05				
523	PSICÓLOGO EDUCACIONAL						05				
601	MÉDICO PSIQUIATRA - CAPS						05				
602	ENFERMEIRO - CAPS						05				

[...]

### ANEXO IV – PROGRAMA DE CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E REFERÊNCIAS

### ONDE SE LÊ:

[...]

### **NÍVEL SUPERIOR**

[...]

### LEGISLAÇÃO (SAÚDE)

502 - ENFERMEIRO – CAPS / 503 - ENFERMEIRO HOSPITAL / 504 – FISIOTERAPEUTA / 505 – FONOAUDIÓLOGO / 506 - MÉDICO CLÍNICO / 507 - MÉDICO PSF / 522 - PSICÓLOGO CLÍNICO

[...]

### **LEIA-SE:**

[...]

### **NÍVEL SUPERIOR**

[...]

### LEGISLAÇÃO (SAÚDE)

<del>502 - ENFERMEIRO — CAPS</del> / 503 - ENFERMEIRO HOSPITAL / 504 — FISIOTERAPEUTA / 505 — FONOAUDIÓLOGO / 506 - MÉDICO CLÍNICO / 507 - MÉDICO PSF / 522 - PSICÓLOGO CLÍNICO

[...]





### ONDE SE LÊ:

[...]

### **NÍVEL SUPERIOR**

[...]

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 502 - ENFERMEIRO - CAPS

Código de Ética e Exercício da Profissão. Fundamentos de Enfermagem, legislações profissionais; Assistência de Enfermagem em Saúde em todas as fases do desenvolvimento. Sistematização da Assistência em Enfermagem; Cuidados críticos de Enfermagem; Promoção e Prevenção no controle das doenças crônicas e transmissíveis; Programa Nacional de Imunização (PNI); Assistência de enfermagem ao paciente com necessidade de cuidados paliativos; Administração em enfermagem. Biossegurança e Segurança do paciente; Humanização da assistência de Enfermagem, Gestão da qualidade, Sistemas de informação em saúde e Redes de atenção à saúde todos o conteúdo tratado nas referências definidas no programa para esse cargo.

### REFERÊNCIAS:

- BORGES, E. L.; SAAR, S. R. C.; MAGALHÃES, M. B. B. Feridas: como tratar. Belo Horizonte: COOPMED, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus\_2004.pdf">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus\_2004.pdf</a> Acesso em: 12 de junho de 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Federal nº 1.010, 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências. Disponível em: <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010\_21\_05\_2012.html">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010\_21\_05\_2012.html</a> Acesso em: 12 de junho de 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Federal nº 2.048, de 5 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Disponível em: <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048\_05\_11\_2002.html">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048\_05\_11\_2002.html</a> Acesso em: 12 de junho de 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Federal nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <a href="http://conselho.saude.gov.br/ultimas\_noticias/2011/img/07\_jan\_portaria4279\_301210.pdf">http://conselho.saude.gov.br/ultimas\_noticias/2011/img/07\_jan\_portaria4279\_301210.pdf</a> Acesso em: 12 de junho de 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Federal nº 529, de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Disponível em: <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529\_01\_04\_2013.html">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529\_01\_04\_2013.html</a> Acesso em: 12 de junho de 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 26 jul. 2013. Disponível em: <a href="http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2871504/RDC\_36\_2013\_COMP.pdf/36d809a4-e5ed-4835-a375-3b3e93d74d5e">http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2871504/RDC\_36\_2013\_COMP.pdf/36d809a4-e5ed-4835-a375-3b3e93d74d5e</a> Acesso em: 12 de junho de 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Manual de Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis DST. 4ª ed. Brasília: Ministério da





Saúde, 2006. Série Manuais 68. Disponível em:

- <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\_controle\_das\_dst.pdf">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\_controle\_das\_dst.pdf</a> Acesso em: 12 de junho de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei Federal nº 94.406, de 8 de junho de 1987, e atualizações. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre o exercício da enfermagem e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 jun. 1987. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto/1980-1989/d94406.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto/1980-1989/d94406.htm</a> Acesso em: 12 de junho de 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM COFEN Resolução COFEN nº 0564/2017- Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: <a href="http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017\_59145.html">http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017\_59145.html</a> Acesso em: 12 de junho de 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM COFEN. Boas práticas: Cálculo seguro Volume II: Cálculo e diluição de medicamentos. Disponível em: <a href="https://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/boas-praticas-calculo-seguro-volume-2-calculo-e-diluicao-de-medicamentos\_0.pdf">https://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/boas-praticas-calculo-seguro-volume-2-calculo-e-diluicao-de-medicamentos\_0.pdf</a> Acesso em: 12 de junho de 2023.
- HOCKENBERRY, M. J.; WILSON, D. Wong. Fundamentos de enfermagem pediátrica. 9ª ed. São Paulo: Elsevier, 2014.
- JEVON, P. Monitoramento do paciente crítico. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- KOCH, R. M.; MOTTA, H. S.; WALTER, R. L. Técnicas básicas de enfermagem. 18<sup>a</sup> ed. Curitiba: Florence, 2001.
- KURCAGANT. P. et al. Gerenciamento em enfermagem. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- MORTON, P. G.; FONTAINE, D. K. Fundamentos dos cuidados críticos de enfermagem: uma abordagem holística. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2014. 489.
- OLIVEIRA, A. C. Infecções hospitalares: epidemiologia, prevenção e controle. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- OLIVEIRA, R. G. de. Blackbook. Enfermagem. Vol. 1. Espiral. Edição Português. 2016.
- SILVA, M. T.; SILVA, S.R. L. P. T. Cálculo e administração de medicamentos na enfermagem. São Paulo: Martinari, 2007.
- TANNURE, M. C.; GONÇALVES, A. M. P. Sistematização da assistência de enfermagem: guia prático. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- WACHTER, R. M. Compreendendo a segurança do paciente. 2ª ed. artmed, 2013. [...]

### **LEIA-SE:**

[...]

### NÍVEL SUPERIOR COM ESPECIALIZAÇÃO

[...]

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 602 - ENFERMEIRO - CAPS

Código de Ética e Exercício da Profissão. Fundamentos de Enfermagem, legislações profissionais; Assistência





de Enfermagem em Saúde em todas as fases do desenvolvimento. Sistematização da Assistência em Enfermagem; Cuidados críticos de Enfermagem; Promoção e Prevenção no controle das doenças crônicas e transmissíveis; Programa Nacional de Imunização (PNI); Assistência de enfermagem ao paciente com necessidade de cuidados paliativos; Administração em enfermagem. Biossegurança e Segurança do paciente; Humanização da assistência de Enfermagem, Gestão da qualidade, Sistemas de informação em saúde e Redes de atenção à saúde todos o conteúdo tratado nas referências definidas no programa para esse cargo.

### REFERÊNCIAS:

- BORGES, E. L.; SAAR, S. R. C.; MAGALHÃES, M. B. B. Feridas: como tratar. Belo Horizonte: COOPMED, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus\_2004.pdf">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus\_2004.pdf</a> Acesso em: 12 de junho de 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Federal nº 1.010, 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências. Disponível em: <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010\_21\_05\_2012.html">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010\_21\_05\_2012.html</a> Acesso em: 12 de junho de 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Federal nº 2.048, de 5 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Disponível em: <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048\_05\_11\_2002.html">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048\_05\_11\_2002.html</a> Acesso em: 12 de junho de 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Federal nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <a href="http://conselho.saude.gov.br/ultimas\_noticias/2011/img/07\_jan\_portaria4279\_301210.pdf">http://conselho.saude.gov.br/ultimas\_noticias/2011/img/07\_jan\_portaria4279\_301210.pdf</a> Acesso em: 12 de junho de 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Federal nº 529, de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Disponível em: <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529\_01\_04\_2013.html">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529\_01\_04\_2013.html</a> Acesso em: 12 de junho de 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 26 jul. 2013. Disponível em: <a href="http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2871504/RDC\_36\_2013\_COMP.pdf/36d809a4-e5ed-4835-a375-3b3e93d74d5e">http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2871504/RDC\_36\_2013\_COMP.pdf/36d809a4-e5ed-4835-a375-3b3e93d74d5e</a> Acesso em: 12 de junho de 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Manual de Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis DST. 4ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Série Manuais 68. Disponível em: <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\_controle\_das\_dst.pdf">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\_controle\_das\_dst.pdf</a> Acesso em: 12 de junho de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei Federal nº 94.406, de 8 de junho de 1987, e atualizações. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre o exercício da enfermagem e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 jun. 1987. Disponível em:





<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto/1980-1989/d94406.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto/1980-1989/d94406.htm</a> Acesso em: 12 de junho de 2023.

- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM COFEN Resolução COFEN nº 0564/2017- Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: <a href="http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017\_59145.html">http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017\_59145.html</a> Acesso em: 12 de junho de 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM COFEN. Boas práticas: Cálculo seguro Volume II: Cálculo e diluição de medicamentos. Disponível em: <a href="https://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/boas-praticas-calculo-seguro-volume-2-calculo-e-diluicao-de-medicamentos\_0.pdf">https://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/boas-praticas-calculo-seguro-volume-2-calculo-e-diluicao-de-medicamentos\_0.pdf</a> Acesso em: 12 de junho de 2023.
- HOCKENBERRY, M. J.; WILSON, D. Wong. Fundamentos de enfermagem pediátrica. 9ª ed. São Paulo: Elsevier, 2014.
- JEVON, P. Monitoramento do paciente crítico. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- KOCH, R. M.; MOTTA, H. S.; WALTER, R. L. Técnicas básicas de enfermagem. 18<sup>a</sup> ed. Curitiba: Florence, 2001.
- KURCAGANT. P. et al. Gerenciamento em enfermagem. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- MORTON, P. G.; FONTAINE, D. K. Fundamentos dos cuidados críticos de enfermagem: uma abordagem holística. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2014. 489.
- OLIVEIRA, A. C. Infecções hospitalares: epidemiologia, prevenção e controle. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- OLIVEIRA, R. G. de. Blackbook. Enfermagem. Vol. 1. Espiral. Edição Português. 2016.
- SILVA, M. T.; SILVA, S.R. L. P. T. Cálculo e administração de medicamentos na enfermagem. São Paulo: Martinari, 2007.
- TANNURE, M. C.; GONÇALVES, A. M. P. Sistematização da assistência de enfermagem: guia prático. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- WACHTER, R. M. Compreendendo a segurança do paciente. 2ª ed. artmed, 2013.

### ANEXO IX – REGULAMENTO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA A PROVA PRÁTICA

#### ONDE SE LÊ:

**3.1.4** Para os candidatos ao(a) cargo/função de **Cantineira** a Prova Prática terá a duração de **até 30(trinta) minutos** e constará da execução de tarefas como: preparação de uma receita que será entregue para os candidatos no momento da prova; conhecimentos básicos sobre o uso de equipamentos de segurança e higiene, bem como outras tarefas correlatas ao(a) cargo/função.

#### **LEIA-SE:**

3.1.4 Para os candidatos ao(a) cargo/função de **Cantineira** a Prova Prática terá a duração de **até 30(trinta) minutos** e constará da execução de tarefas como: simulação da preparação de uma receita que será entregue para os candidatos no momento da prova; conhecimentos básicos sobre o uso de equipamentos de segurança e higiene, bem como outras tarefas correlatas ao(a) cargo/função.





### ONDE SE LÊ:

**3.2.2.** Para o(a) cargo/função de **Cantineira** serão estabelecidos critérios que serão observados e avaliados e no cumprimento dos quesitos pelo candidato estes serão pontuados até um total de 10,0 (dez) pontos, cuja Prova Prática consistirá nas habilidades de desempenhar atividades ligadas a profissão e seguirá os seguintes critérios:

	Critérios	Pontuação
1	Higiene pessoal e uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual)	1,0
2	Higiene e cuidado no preparo dos alimentos	2,0
3	Conhecimento do manuseio de utensílios e equipamentos	0,5
4	Noções de medidas de culinária	0,5
5	Aspecto visual final do(s) prato(s) preparado(s)	2,0
6	Sabor do(s) prato(s) preparado(s)	4,0
	Total	10,0 pontos

### **LEIA-SE:**

**3.2.2.** Para o(a) cargo/função de **Cantineira** serão estabelecidos critérios que serão observados e avaliados e no cumprimento dos quesitos pelo candidato estes serão pontuados até um total de 10,0 (dez) pontos, cuja Prova Prática consistirá nas habilidades de desempenhar atividades ligadas a profissão e seguirá os seguintes critérios:

	Critérios	Pontuação
1	Higiene pessoal	1,0
2	Normas de Segurança - Uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual)	1,0
3	Higiene e cuidado no preparo dos alimentos	2,0
4	Conhecimento do manuseio de utensílios e equipamentos	2,0
5	Noções de medidas de culinária (quantidade)	2,0
6	Conhecimentos Gerais de Culinária	2,0
	Total	10,0 pontos

Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas.

Andrelândia, 04 de setembro de 2023.

FRANCISCO CARLOS RIVELLI PREFEITO MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA